

AS CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS AUTORES DE ATO INFRACIONAL EM UNIDADES DE SEMILIBERDADE DE NITERÓI E DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Autora: Adriana Soares Barbosa

(Universidade Federal Fluminense – adrisoaresbarbosa@yahoo.com.br)

1. Introdução

Nos anos que se seguiram à implantação da Constituição Federal em 1988, muitas reformas e avanços ocorreram no sentido de estabelecer leis que garantissem o direito dos cidadãos brasileiros. Dentre elas a Lei 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. No que tange à participação da sociedade em relação às lutas pela efetivação do que se propõe o ECA, quase trinta anos após a sua promulgação, observa-se o desconhecimento e um clamor pela redução da maioria penal como forma de resolução da criminalidade no país. Considerando essa possibilidade um retrocesso no que se refere às políticas referentes aos grupos em situação de vulnerabilidades, através deste projeto de pesquisa, propomos a reflexão sobre os processos de inclusão da juventude em cumprimento de medida socioeducativa nos espaços formativos e produtivos destinados aos jovens.

Dessa forma, pretendemos contribuir para a compreensão das concepções e propostas de formação profissional do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do estado do Rio de Janeiro (DEGASE)¹ presentes nas leis, nos documentos oficiais e nas ofertas de cursos, oficinas e atividades de orientação, visando à inclusão no mundo do trabalho de jovens que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade² em territórios específicos do estado do Rio de Janeiro: Niterói, Maricá, parte do norte e todo o noroeste fluminense, por meio de pesquisa de campo em unidades de atendimento das medidas socioeducativas de semiliberdade nos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAADs) nas cidades de Niterói e Campos dos Goytacazes.

Sendo assim, uma questão se impõe a todos os envolvidos no processo educativo de jovens que cumprem medida socioeducativa: as concepções de formação profissional propostas pelo DEGASE nas leis, nos documentos oficiais, cursos, oficinas e atividades de orientação oportunizam o desenvolvimento do potencial criativo e produtivo dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, possibilitando-lhes a inclusão no mundo do trabalho? Responder a essa questão, cerne desta proposta de pesquisa, torna-se primordial na compreensão das possibilidades de inclusão social dos adolescentes autores de ato infracional.

Eleger o tema do adolescente autor de ato infracional e a relação de sua trajetória de vida com as escolhas referentes ao mundo do trabalho permite aprofundar a reflexão de uma temática

¹ DEGASE é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade do estado do Rio de Janeiro.

² O artigo 120 do ECA define a medida de semiliberdade como um tipo de medida que pode se dar inicialmente ou como uma forma de transição da internação para o meio aberto, possibilitando ao adolescente a realização de atividades externas e a convivência com o meio social, apesar da liberdade ainda ser limitada. Durante o período de cumprimento da medida são obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, dentro das possibilidades, a utilização dos recursos existentes na comunidade (BRASIL, 1990).

tão em voga nos dias atuais. Atualmente observamos um desgaste no que diz respeito ao debate popular sobre os jovens e os casos de atos infracionais. Não é difícil que a mídia veicule, quase que diariamente, a opinião de que o adolescente é a “causa” da violência, ignorando as múltiplas razões envolvidas nos casos violentos e as estatísticas que demonstram ser o jovem a maior vítima desse processo, dados comprovados pelo Atlas da Violência – 2017.

As pesquisas divulgadas pelo Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2017, p 25) demonstram que há um aumento gradativo de mortes por violência da juventude. Na década de oitenta o pico da taxa de homicídio era aos 25 anos e atualmente passou para 21 anos, observando-se um aumento de 17,2% na taxa de homicídio de 15 a 29 anos entre 2005 e 2015. Devido aos resultados preocupantes e à relevância da questão, esse documento destinou um capítulo para falar sobre a “juventude perdida”.

Segundo o Levantamento Anual SINASE 2015 (BRASIL, 2018, p.5), um total de 26.209 adolescentes foram atendidos pelo sistema socioeducativo no ano de 2015 em todo o Brasil, sendo 18.381(68%) adolescentes na internação, 2.348 (9%) em regime de semiliberdade e o restante em internação provisória e medidas protetivas para tratamento de saúde. O estado do Rio de Janeiro obteve um total de 2.235 adolescentes, sendo o segundo estado com maior número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa, abaixo apenas do estado de São Paulo.

No Levantamento Anual SINASE 2014 (BRASIL, 2017, p.21) havia 322 adolescentes cumprindo a medida socioeducativa de semiliberdade em todo o estado do Rio de Janeiro no ano de 2014. Esse quantitativo de adolescentes ultrapassa o total de adolescentes nas medidas socioeducativas de internação e semiliberdade juntos de pelo menos doze estados brasileiros no ano de 2015, permitindo inferir a relevância de buscar soluções para os problemas enfrentados por esta parcela de pessoas que, em primeira instância, encontram-se em desenvolvimento.

Sendo assim, esta pesquisa considera que os dados aqui analisados poderão contribuir para a ampliação do debate em torno das questões referentes ao trabalho e à educação, na construção de propostas de intervenção dos profissionais envolvidos direta ou indiretamente com a socioeducação.

2. Metodologia

O ponto de vista adotado se direciona para o método qualitativo, fazendo necessária a adoção de uma metodologia que considere essa característica da pesquisa.

Etapas da pesquisa:

- **Etapa Exploratória:** Este projeto encontra-se na etapa exploratória, que consiste no levantamento geral da literatura existente sobre o tema em pauta (leitura de livros, legislações, artigos, dissertações e teses que abordem o tema para o aprofundamento das questões levantadas na escolha do objeto da pesquisa), elaboração das entrevistas com os termos necessários para avaliação do Comitê de Ética.

- **Pesquisa de Campo:**

- ✓ **Coleta de dados referentes aos documentos:**

Contato com a instituição, órgão gestor, a fim de estabelecer vínculo inicial e coletar informações sobre os documentos, que contemplem a questão da formação profissional dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, produzidos pelo DEGASE, tais como: PASE, PPI, dados da instituição, comunicações oficiais com os CRIAADs, reuniões e cursos oferecidos aos funcionários, cursos e oficinas oferecidos aos adolescentes por meio do órgão gestor.

Contato com o CRIAAD Niterói e o CRIAAD Campos dos Goytacazes, a fim de estabelecer vínculo inicial e coletar informações sobre os documentos produzidos por cada uma das unidades sobre formação profissional, tais como: projetos, relatórios, planos de trabalho, projeto político pedagógico, dados da instituição e outros.

✓ **Entrevistas:**

As entrevistas serão semiestruturadas e serão feitas com os gestores e equipe técnica dos CRIAADs selecionados, dividindo-se com as seguintes temáticas:

- Dados sobre os adolescentes atendidos: idade, trajetória escolar, trajetória de profissionalização, profissões e atividades de maior interesse, cidade de origem e outros.
- Dados sobre as ações da instituição/profissionais: elementos referentes a oferta de cursos e oficinas para os adolescentes, bem como, as percepções dos entrevistados sobre a sua prática profissional e sobre às práticas institucionais.
- **Análise dos dados:** Após a coleta dos dados realizada na pesquisa de campo ocorrerá a análise, que contribuirá para o confronto entre a abordagem teórica, as leituras realizadas na fase exploratória e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição.
 - **Finalização da pesquisa:** Elaboração e divulgação da dissertação e de artigos a respeito do tema pesquisado.

3. Resultados

Ao pesquisar no Banco de Teses e Dissertações da Capes pela categoria “socioeducativa”, obteve-se 68 trabalhos no campo da Educação entre Teses e Dissertações de 2010 até 2011. No entanto, através da análise dos resumos, notou-se que apenas 49 trabalhos dizem respeito às medidas socioeducativas. Destes somente 3 tratam da semiliberdade, 2 estudam a questão da profissionalização e 1 se refere ao estudo de projetos de vida de adolescentes em medida de internação e semiliberdade.

4. Discussão

Consideramos que as pesquisas precisam avançar na análise da educação e trabalho de adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa. O ganho social que este projeto pode vir a contribuir é enorme, uma vez que o desconhecimento sobre o assunto leva ao preconceito e à estigmatização dessa população.

Esta pesquisa pretende dividir-se em três momentos teóricos distintos, porém importantes na compreensão do caminho escolhido para resolução da questão proposta.

Inicialmente propomos contextualizar o tema, abordando os conceitos de socioeducação, juventude e de vulnerabilidade(s). Em seguida faz-se necessário trazer para a discussão o conceito de trabalho enquanto princípio educativo, as concepções de profissionalização propostas nos documentos oficiais do DEGASE e nas normativas nacionais, bem como, reflexões sobre as perspectivas de trabalho e o processo de criminalização da juventude pobre e negra no Brasil. Por último, apresentaremos as reflexões a respeito da dimensão pedagógica da medida socioeducativa, traduzida nos estudos sobre a trajetória escolar dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, enfatizando os conceitos de protagonismo juvenil e da abordagem sócio-histórica nos processos de orientação profissional como possibilidade para a construção de projetos de vidas.

5. Conclusões

Pretendemos finalizar a pesquisa com a elaboração e divulgação da dissertação e artigos. Em um primeiro momento, pretendemos ambientar o leitor com a proposta através do desenvolvimento de conceitos básicos. Em um segundo momento, abordaremos a concepção de educação profissional e de trabalho do DEGASE propostas aos jovens autores de ato infracional, nos discursos produzidos nas leis, documentos e pelos gestores e funcionários da equipe técnica. Por último, esta pesquisa pretende refletir sobre a visão já obtida na pesquisa de campo, estabelecendo uma comparação sobre as questões levantadas e aquilo que o sistema socioeducativo, na relação com a comunidade local, produz a respeito de formação profissional para os CRIAADs Niterói e Campos dos Goytacazes.

6. Referências

- BRASIL, LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2015. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>>. Acesso em: 29/05/2018.
- _____. LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2014. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2017. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/pdf/levantamento-sinase-2014>>. Acesso em: 10/03/2018.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil, Senado Federal, Brasília, 2016.
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990. Ministério da Justiça, Brasília, 1990.
- _____. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), Lei 12.594/2012. Brasília: congresso Nacional, 2012.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes. Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e principais norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da violência. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- DEGASE. Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro – PASE/RJ. Decreto Nº 42.715 de 23 de novembro de 2010, Rio de Janeiro, 2010.
- _____. Departamento Geral de Ações Socioeducativas: Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, Rio de Janeiro, 2010.
- DESLANDES, Suely Ferreira. (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes: 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.